

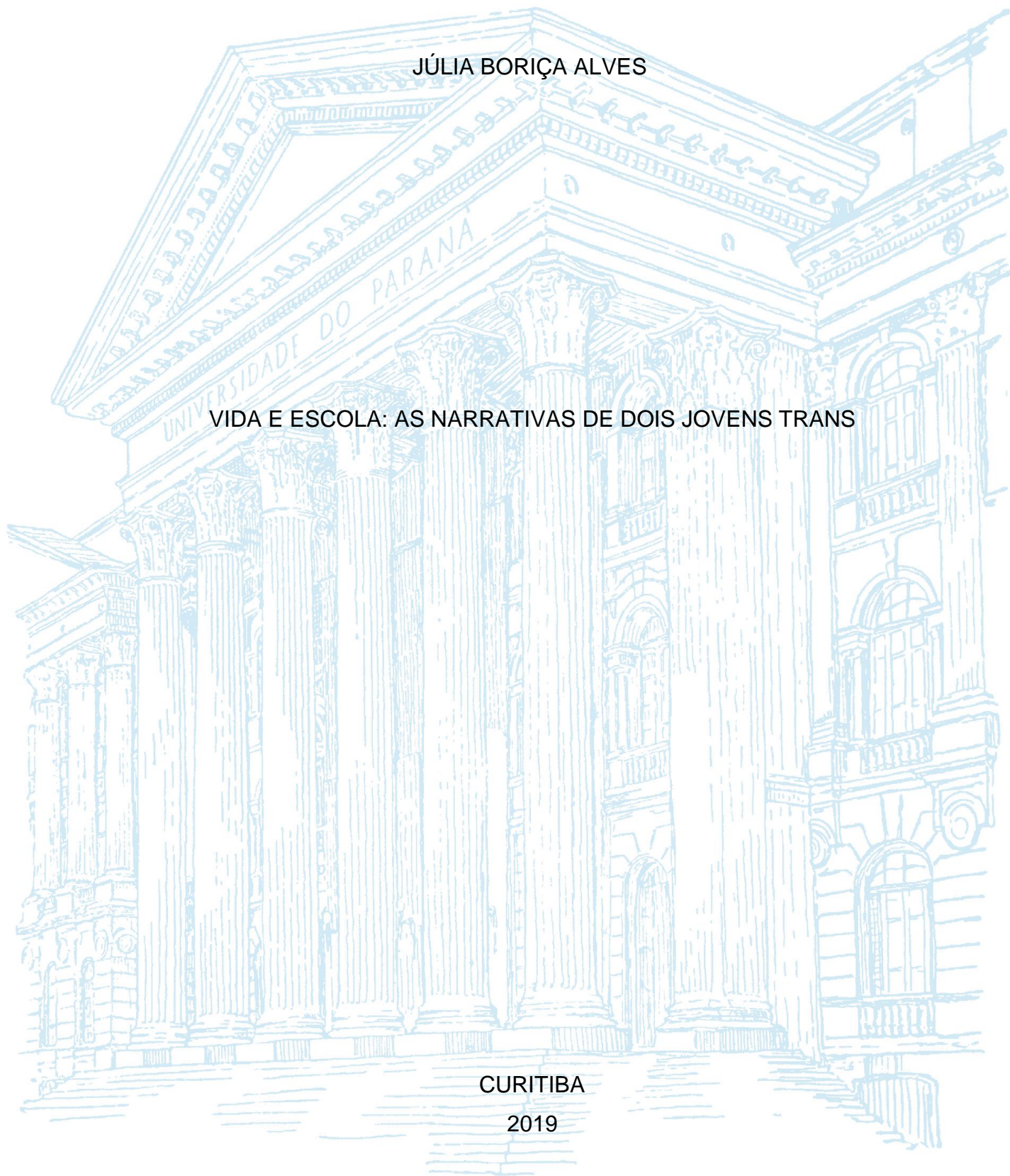
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JÚLIA BORIÇA ALVES

VIDA E ESCOLA: AS NARRATIVAS DE DOIS JOVENS TRANS

CURITIBA

2019



JÚLIA BORIÇA ALVES

VIDA E ESCOLA: AS NARRATIVAS DE DOIS JOVENS TRANS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra. Lucimar Dias

Coorientadora: Prof. Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira

CURITIBA

2019

Dedico este trabalho à minha mãe, Jeane Boriça, pelo amor incondicional e incentivo diário. Me sinto privilegiada de tê-la em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu primeiro amor, Priscila, por me incentivar a cursar Pedagogia. Você viu um potencial em mim antes mesmo que eu pudesse enxergar. Obrigada por ser meu porto seguro durante esses onze anos.

À minha família, que acreditou em mim e me incentivou desde o início da graduação. Obrigada Samuel, por me admirar tanto mesmo antes de me formar. Marcelo, por me oferecer todo o apoio necessário e por me considerar sua filha. Mãe, por ter tanta fé em mim e pelo amor incondicional.

À minha *roomate*, Letícia, que esteve comigo nas horas de felicidade, mas principalmente nas crises existenciais e na ansiedade do dia a dia. Obrigada por estar ao meu lado, por passar dias ouvindo meus desabafos quando eu hesitava em concluir a graduação. Sem você tudo isso seria mais difícil.

À minha orientadora, Lucimar Rosa Dias, por acreditar na temática desta monografia e por ter tanta paciência comigo. Obrigada por não desistir de mim.

Aos meus gatos, Conrado e Gudang, por passarem dias à fio me enchendo de carinho e lambidas.

Aos meus amigos, Thaoara e Roque, por me acolherem em sua casa nas horas de desespero. Obrigada por todo o apoio.

À minha psicóloga, Dra Flaviane, pelas horas incríveis de terapia e pelos conselhos mesmo que durante a madrugada.

Aos meus amigos que, direta ou indiretamente, me deram apoio emocional para concluir esta importante fase da minha jornada.

Às professoras do curso de Pedagogia, que enriqueceram minha trajetória e minha formação. Vocês são mulheres incríveis.

“Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo.” (bell hooks)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi conhecer a vivência de pessoas trans durante a fase escolar. Participaram da investigação dois homens trans universitários. Para o encaminhamento do trabalho utilizei como abordagem a pesquisa qualitativa e como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista, previamente organizado, com questões que me permitiram problematizar relações de gênero e sexualidade no ambiente escolar, bem como a escolarização de jovens transexuais e a função social da escola. Este trabalho justifica-se pela relevância da temática ao se pensar em uma sociedade justa e inclusiva para pessoas LGBT, as conclusões que chegamos ao ouvir os dois jovens é que a escola tem sido um espaço omisso quando se trata de acolher pessoas trans, pois mesmo quando não evidencia o transfobia a reproduz na medida em que não se responsabiliza por produzir lugar de recepção e conforto para este grupo deixando-os a sua própria sorte.

Palavras-chave: Transexualidade. Relações de gênero. Escola. Narrativas

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABGLT	- Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CID	- Código Internacional de Doenças
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FIEP	- Federação das Indústrias do Estado do Paraná
LDB	- Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	- Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis
OMS	- Organização Mundial da Saúde
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
SESI	- Serviço Social da Indústria
SUS	- Sistema Único de Saúde
STF	- Supremo Tribunal Federal
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1.	PROBLEMATIZAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1.1	Orientação sexual e identidade de gênero	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1.2	Contexto histórico	Erro! Indicador não definido.
1.3	A Educação como um direito assegurado	Erro! Indicador não definido.
2.	METODOLOGIA	27
2.1	Pesquisa	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.2	Sujeitos	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.3	Solidão, timidez e medo	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.4	“Pessoas trans existem!”	Erro! Indicador não definido.
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
4	REFERÊNCIAS	43
5	ANEXO 1 – ENTREVISTAS	46

INTRODUÇÃO

Como estudante do curso de Pedagogia atuante na área de educação e futura professora, decidi direcionar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para o tema da transexualidade no ambiente escolar. O interesse surgiu ao perceber que durante a graduação o tema foi pouco explorado, visto que ainda há poucos estudos nesta área – com exceção de alguns autores como Dayana Brunetto Carlin dos Santos e William Siqueira. Após indicação de uma colega de curso que realizou sua monografia com a temática de gênero e raça, entrei em contato com a Professora Lucimar Rosa Dias¹ no começo deste ano e pedi para que fosse minha orientadora, mesmo sem ser uma especialista na temática aceitou, por que considera fundamental que esta reflexão esteja colocada na formação de futuras pedagogas. Logo após o início da orientação a Professora Megg Rayara Gomes de Oliveira² – travesti negra e estudiosa da área - passou a fazer parte do quadro de professoras efetivas da Universidade Federal do Paraná e decidimos procurá-la para que nos auxiliasse na condução da pesquisa e ela nos acolheu prontamente.

Eu também faço parte da comunidade LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros³ e acredito ser de extrema importância formar professores e professoras que se sintam preparados para lidar com assuntos de gênero e transexualidade em sala de aula, bem como acolher seus alunos e alunas LGBT garantido o direito de estarem na escola de forma segura e confortável tornando suas vidas menos difícil no ambiente estudantil. Desta forma, meu desafio foi ouvir pessoas trans adultas sobre suas vivências escolares e discutir por meio de seus relatos a seguinte problemática: quais dificuldades as pessoas trans enfrentam em suas trajetórias escolares e qual é o papel da escola e do(a) professor(a) neste processo, além de propor reflexão acerca de uma formação que prepare os(as) docentes para as discussões de gênero e sexualidade. Queríamos inicialmente

¹ Doutora em Educação pela USP, professora da UFPR atuando na graduação e no Programa de Pós-graduação em Educação na Linha Educação, Diversidade, Diferença e Desigualdades sociais. Coordenadora do ErêYá - Grupo de Estudos, Pesquisas e Ensino em Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPR.

² Doutora em Educação pela UFPR, professora adjunta no setor de educação e professora no Programa de Pós-graduação em educação na UFPR. Discute os seguintes temas: Relações raciais, Arte Africana, Arte Afro-brasileira, gênero e diversidade sexual.

³ Existe uma variação muito grande no uso desta sigla, fizemos a opção de usar LGBT seguindo a forma usada pela professora prof^a Megg Rayara Gomes de Oliveira em sua tese O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação, defendida em 2017.

estudar as infâncias trans, mas dado os limites de conhecimento e de tempo que temos para realizar o TCC, focamos na juventude trans.

Embora seja um campo complexo e importante, conforme citado anteriormente, as questões relacionadas a gênero e infância não têm recebido dos teóricos(as) e pesquisadores(as) da Educação a atenção necessária, tendo em vista que é possível encontrar muitos estudos sobre gênero na área da Psicologia, mas pouco material bibliográfico para a área de Educação e Licenciaturas.

Sendo assim, busquei analisar, a partir de relatos, qual foi o papel da escola e dos(as) educadores(as) na experiência das pessoas entrevistadas, como a escola contribuiu ou não em suas trajetórias; quais memórias esses sujeitos carregam sobre esta fase e de que forma os estereótipos de gênero e sexualidade afetaram suas vidas.

No primeiro capítulo, com base no referencial teórico selecionado, apresento os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero, bem como o contexto histórico sobre os direitos conquistados pela comunidade LGBT.

No segundo capítulo, descrevo a metodologia de pesquisa e os objetivos para o seu desenvolvimento. Em seguida, trago os sujeitos e descrevo a análise das semelhanças e diferenças encontradas nas entrevistas. Por último, elaborei as considerações com a intenção de mostrar as perspectivas mais importantes que esse trabalho me proporcionou.

1 PROBLEMATIZAÇÃO

1.1. Orientação sexual e identidade de gênero

São muitos os conceitos que nos definem quando nascemos e quem iremos nos tornar ao crescer. O sexo biológico se refere a formação do corpo genético e genitálias. Neste contexto existe, ainda, a intersexualidade: variação nas características genéticas, fazendo com que a anatomia reprodutiva não se encaixe nas definições de feminino e masculino. A orientação sexual é a capacidade que cada sujeito possui em sentir atração sexual, emocional e afetiva por outros sujeitos. Segundo a cartilha “O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBT” divulgada em 2017 pelo Ministério Público, as orientações sexuais mais comuns são: homossexualidade (atração por pessoas de mesmo gênero), heterossexualidade (atração por pessoas de gênero diferente), bissexualidade (atração por pessoas dos dois gêneros) e assexualidade (ausência de atração sexual por pessoas de ambos os gêneros). O termo “orientação sexual” foi incluso na Constituição em 1988 depois de grande luta por parte do movimento homossexual que surgiu no final dos anos 1970. Para Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013)

A escolha do termo “orientação sexual” foi um processo que envolveu a consulta a diversos pesquisadores na área de estudos de gênero e sexualidade. Importado da sexologia, a opção por este termo traz consigo o fortalecimento da separação entre performance de gênero e desejo sexual, contribuindo para afastar o estigma da efeminação. Assim, ao pleitear a inclusão do termo “orientação sexual” como direito e garantia individual relacionados à identidade homossexual, busca-se formalizar que a “diferença” na experiência homossexual está unicamente relacionada a se desejar uma pessoa do “mesmo sexo” e não a desejar “ser do sexo oposto”. (CARVALHO e CARRARA, 2013 p. 323)

Na atualidade, o conceito de sexualidade humana é entendido como um conjunto de práticas e significados. O que os(as) teóricos(as) dos estudos de gênero ressaltam é que a biologia não define papéis e sentidos do masculino e feminino, nem tampouco ideias, emoções, experiências e trocas sociais

Para Berenice Bento (2003, p. 1) “não existem corpos livres de investimentos e expectativas sociais”, isto é, antes de nascer a pessoa já carrega consigo expectativas e suposições externas sobre seu corpo, o meio social espera que a partir de sua genitália o indivíduo desempenhe um papel feminino ou masculino – papéis construídos a partir de interações humanas e relações de poder.

Segundo Judith Butler (1993), citada por Maria Rita César e Jamil Sierra (2016, p. 53), “o gênero se coloca sempre anterior ao sexo e ao corpo”. Neste sentido, a identidade de gênero se define a partir de como a pessoa se identifica e como é reconhecida socialmente. Independente do seu órgão sexual, pode ser homem ou mulher, é por isso que também há mulheres trans ou homens trans, pois fogem a definição biologizante de que ser homem é possuir pênis e ser mulher é possuir vagina. Ser homem ou mulher vai muito além de ter ou não estes órgãos, é uma questão de auto percepção. Conforme cita Jaqueline Gomes de Jesus (2012)

Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. (JESUS, 2012 p. 6)

Nesse sentido, a transexualidade não diz respeito à sexualidade, mas sim a identidade de gênero, é uma questão de pertencimento social. Portanto, uma pessoa trans pode ser homossexual, heterossexual, bissexual. Uma imagem bastante elucidativa para compreendermos o que está sendo dito é utilizada pela pesquisadora Megg Rayara em palestras que ministra.



Nome: Megg Rayara Gomes de Oliveira
Identidade de gênero: Travesti
Gênero: Feminino
Orientação sexual: Heterossexual

Fonte: autor desconhecido. Imagem cedida pela Professora Megg Rayara.

Ao vermos esta imagem podemos compreender que não há nenhuma definição biológica na identidade de gênero e que a sexualidade de pessoas trans tem a mesma variedade que encontramos nas pessoas cis⁴. Embora estas questões já estejam suficientemente estudadas pela ciência e por pesquisadores(ras) trans, não é uma questão pacificada e no momento histórico que estamos vivendo no Brasil em que o fundamentalismo religioso tem representantes no governo em várias áreas de atuação, faz-se necessário conhecer a história de luta dos movimentos sociais LGBT para que possamos nos somar às suas pautas garantindo a todos e todas o direito de existir, já que resistem há muito tempo. Sendo assim apresentarei um pouco da história deste grupo social.

1.2 Contexto histórico

Um dos primeiros direitos civis conquistados pela comunidade LGBT foi a despatologização da homossexualidade. Mundialmente isto ocorreu em maio de 1990, quando a Organização Mundial da Saúde, após intensa luta dos movimentos sociais mundo a fora, retirou o termo “homossexualismo” do Código Internacional de Doenças (CID) como uma doença mental. No Brasil, isso se deu em 1985 quando o Conselho Federal de Psicologia deixou de considerar a orientação sexual como doença. Já a transexualidade, que há tempos vem enfrentando preconceito semelhante, ainda não teve sua completa despatologização. O diagnóstico diferenciado para transexuais foi incluído no CID e ganhou concretude em 1980, adicionando a transexualidade no rol de “transtornos de identidade de gênero”. O termo “disforia de gênero” passou então a ser usado por profissionais da saúde, embora, segundo Bento (2013), em 1973 John William Money⁵ já houvesse utilizado-o. Vinte e oito anos depois, em junho de 2018, a OMS deixou de classificar a transexualidade como doença mental, o que significou uma vitória muito importante para a população trans, mas não a isenta de sofrer cotidianamente preconceitos e discriminações baseadas em perspectivas patologizantes.

Outra vitória importante do movimento trans ocorreu em 2016, quando foi publicado o Decreto n.º 8.727 que dispõe sobre o uso do nome social⁶ e o

⁴ O termo é utilizado para se referir aos indivíduos que se identificam com seu gênero de nascença.

⁵ John William Money foi um psicólogo e sexólogo especializado em pesquisa de identidade sexual e biologia de gênero.

⁶ Nome pelo qual pessoas trans e travestis preferem ser chamadas cotidianamente.

reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Federal. Ou seja, foi permitido o uso do nome social de pessoas trans no ambiente escolar e no Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo. Isso ocorre sem a necessidade de alteração do registro civil e possibilita à pessoa trans ser chamada pelo nome de sua preferência, garantindo um direito básico de cidadania ao nome de acordo com sua identidade. Muito embora, exista esta garantia, vamos verificar no relato de um dos jovens que há professores(ras) que não respeitam este direito - o que constitui prática transfóbica. Desde julho de 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passa a ser considerada um crime punido pela Lei nº 7.716, de 1989, juntamente com a criminalização dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Outra importante ação da luta por direitos da comunidade trans foi pelo respeito à identidade de gênero desses indivíduos. O julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2018, reconheceu por sua vez o direito à diversidade de gênero. A referida ação diz respeito ao direito da pessoa transgênero em alterar o prenome e o gênero no registro civil. Ou seja, o STF confirmou a possibilidade das pessoas trans retificarem nome e gênero em seus registros civis sem realização de cirurgia, de laudos médicos e nem de ação judicial, com base na liberdade que a pessoa tem de se autodeclarar dentro do seu autoconhecimento. É sim, como dito anteriormente, uma questão de autopercepção

Ativistas e (as) da área de gênero problematizam posicionamentos de alguns profissionais da saúde. Bento (2013) ressalta que

Diante dessas complexas experiências, como são complexas as experiências humanas em geral, o saber médico não pode justificar os “transtornos” por nenhuma disfunção biológica. Em última instância, são as normas de gênero que contribuirão para a formação de um parecer médico sobre os níveis de feminilidade e masculinidade presentes nos demandantes. Serão elas que estarão sendo citadas, em séries de efeitos discursivos que se vinculam às normas, quando, por exemplo, se julga ao final de um processo se uma pessoa é um(a) “transexual de verdade”. Não existem testes clinicamente apropriados e repetíveis ou testes simples e sem ambiguidades. O que assusta é perceber que tão pouco conhecimento, credenciado como científico, tenha gerado tanto poder. (BENTO, 2013, p. 573)

Ainda, a autora revela que o movimento Pare a Patologização! - internacional - vem conquistando espaço em vários países para a retirada da

transexualidade do rol de transtornos mentais. Um dos pontos que a mobilização do grupo luta é o livre acesso aos tratamentos hormonais e as cirurgias (sem a tutela psiquiátrica e psicológica).

É importante ressaltar que, com base na Constituição Federal de 1988, os(as) brasileiros(as) têm assegurados um conjunto de direitos que, dentre eles, garantem a todas as pessoas dignidade, e que possam viver em uma sociedade que promova o bem de todos, sem preconceitos e discriminações, com respeito aos direitos humanos, a paz e a igualdade, assim:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

II - prevalência dos direitos humanos;

VI - defesa da paz;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. (BRASIL, 1988).

Diante destas reflexões, percebi a necessidade de investigar de que forma a transexualidade é vivenciada no ambiente escolar. Sendo assim, o intuito desse trabalho foi discutir, através de relatos coletados, a seguinte problemática: qual é o papel da escola diante das pessoas trans?

1.3. A Educação como um direito assegurado

Em meio a luta de ativistas do movimento trans e de profissionais da saúde, estão os educadores (as) – aqui eu me incluo – que não possuem respaldo teórico durante a graduação sobre as questões de gênero e sexualidade. Seria necessário, ao longo de suas formações, os (as) educadores (as) terem acesso a diversas reflexões sobre o tema, pois ao conviver com um(a) aluno(a) trans em sala de aula,

qual a melhor forma acolhê-lo? Qual é o papel da escola? Que responsabilidade tem essa escola?

São diversos documentos oficiais que asseguram a todas as pessoas, isso inclui a comunidade LGBT, o acesso a uma educação de qualidade, promovida com o respeito e acolhimento. A Constituição Federal de 1988 assegura que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Afirma também a lei nº 9394/96, titulada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB):

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; (BRASIL, 1996).

Outro amparo legal do direito ao acesso à educação está presente na lei nº 8069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trazendo como garantia que:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:

Pena - detenção de seis meses a dois anos. (BRASIL, 1990)

Por fim, foi estabelecida a lei 12.852/13, o Estatuto da Juventude, que corroborou diversos direitos que abrangem diretamente à comunidade LGBT:

Capítulo I – Seção I: Dos Princípios

Art. 2o O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

I V – reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;

V – promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;

VI – respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;

VII – promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação;

Capítulo II – Seção II: Do Direito à Educação

Art. 13. As escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes

Seção IV: Do Direito à Diversidade e à Igualdade

Art. 17.O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de:

I – etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo;

II – orientação sexual, idioma ou religião;

III – opinião, deficiência e condição social ou econômica.

Art. 18.A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à diversidade e à igualdade contempla a adoção das seguintes medidas:

I – adoção, nos âmbitos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, de programas governamentais destinados a assegurar a igualdade de direitos aos jovens de todas as raças e etnias, independentemente de sua origem, relativamente à educação, à profissionalização, ao trabalho e renda, à cultura, à saúde, à segurança, à cidadania e ao acesso à justiça;

II – capacitação dos professores dos ensinos fundamental e médio para a aplicação das diretrizes curriculares nacionais no que se refere ao enfrentamento de todas as formas de discriminação;

III – inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública e dos operadores do direito;

IV – observância das diretrizes curriculares para a educação indígena como forma de preservação dessa cultura;

V – inclusão, nos conteúdos curriculares, de informações sobre a discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a tratamento igualitário perante a lei; e

VI – inclusão, nos conteúdos curriculares, de temas relacionados à sexualidade, respeitando a diversidade de valores e crenças.

Seção V: Do Direito à Saúde

Art. 20.A política pública de atenção à saúde do jovem será desenvolvida em consonância com as seguintes diretrizes:

IV – garantia da inclusão de temas relativos ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, à saúde sexual e reprodutiva, com enfoque de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino.

Ocorreram então diversos avanços que contribuíram para o incentivo a igualdade e o respeito à diversidade. Segundo Denise de Araújo (2016), uma das conquistas acerca do assunto ocorreu com a chegada dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), em 1997, que trouxeram os estudos de gênero e sexualidade para as escolas, tratando do tema “Orientação Sexual”, que apresenta o objetivo de:

Contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades. (BRASIL, 1998, p. 311).

Outro avanço para as pessoas trans foi que o Conselho Estadual de Educação do Paraná aprovou, em outubro de 2016, o uso do nome social na escola

para estudantes menores de dezoito anos. A decisão é importante para que a evasão escolar diminua. É na adolescência que estudantes transexuais e travestis enfrentam maiores dificuldades no ambiente escolar devido ao preconceito e à discriminação. Chamar e se referir a essas pessoas pelo nome social é um reconhecimento de sua identidade de gênero, um gesto de respeito e de inclusão. Portanto, refletir acerca da formação de professores e refletir sobre a escolarização de pessoas trans é um ponto inicial importante para o avanço nas discussões de gênero.

Sara Delamont, citada por Joan Swann (1992) em *Girls, boys and language*, alega que as escolas - através de suas estratégias de controle, organização, conteúdo das propostas, atividades estereotipadas - mantém as diferenciações de gênero trazidas de fora, ou seja, as crianças chegam no ambiente escolar com comportamentos sexistas pré-estabelecidos e as instituições sustentam esses comportamentos. Desta forma, a autora afirma que a criança constrói, a partir de sua socialização na cultura em que vive, um sistema de regras e normas de gênero.

Nas palavras de César e Sierra (2016),

Porque as escolas, tanto no filme como na vida real, permanecem insistindo em não criar nenhuma identificação, nem mesmo compaixão, pelas crianças e adolescentes não heterossexuais ou não normativos? As escolas, salvo raras exceções, permanecem como lugares de violência, tão bem definidos por Preciado. As escolas permanecem como quartéis guardiões das normas de gênero, do corpo e da sexualidade [...]. (CÉSAR E SIERRA, 2016, p. 57)

A escola, em sua função social, teoricamente busca promover o respeito e a equidade, o que faz com que seja um ambiente propício para ações pedagógicas que fomentem a discussão ao combate a transfobia. Contudo, é evidente que este ambiente se torna conivente com casos de preconceito e discriminação, uma vez que há um crescimento significativo de evasão escolar de alunos(as) trans e uma recusa de tornar este tema um dos fundamentais no debate pela qualidade e inclusão da escola. Tanto é assim que as discussões ocorridas durante o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024, aprovado em 2014, foram intensas e ao final retirou-se todas as alusões ao direito das pessoas LGBT e o mesmo ocorreu na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018. Ou seja, embora existam garantias em várias legislações para as pessoas LGBT, o campo educacional tem sido muito tensionado sobre as formas de efetivação destas

garantias. Por isso, é fundamental que possamos refletir sobre o papel da escola a partir dos próprios sujeitos que a vivenciam e para conseguir a apreensão dos sujeitos a seguir descrevo a metodologia e objetivos desta pesquisa.

2 METODOLOGIA

2.1 Pesquisa

Esta pesquisa teve caráter qualitativo, uma vez que responde a questões particulares e subjetivas tendo em vista fenômenos que não podem ser quantificados. Para Rosana Hoffman Câmara (2013) objetivos como o de verificar de que modo as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou um evento são característicos de pesquisas qualitativas.

Desta forma, para alcançar os objetivos propostos realizei duas entrevistas (em anexo) a partir de um roteiro semiestruturado previamente construído. Para seu desenvolvimento contei com a participação de dois homens trans que logo adiante explico como cheguei até eles.

Com o roteiro pronto conversei com os sujeitos a respeito do conteúdo das perguntas para que a entrevista ocorresse de forma a respeitar a intimidade dos entrevistados. Segundo Rosália Duarte (2004)

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2004, p. 215)

As entrevistas foram realizadas em dois encontros a partir de gravação de áudio. O primeiro encontro aconteceu no dia 10 de setembro de 2019 e o segundo em 18 de setembro deste mesmo ano – no prédio Rebouças da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ambas tiveram autorização dos participantes obtidas via oralmente no início da gravação das entrevistas.

As perguntas foram elaboradas de modo que respeitasse a individualidade dos sujeitos, conforme dito anteriormente. Seguindo orientações da professora Megg, antes do encontro passei as questões para os dois participantes e pedi que

analisassem as analisassem e me dissesse se sentiam confortáveis em respondê-las, podendo sugerir mudanças se julgassem necessário. Nenhum dos dois sugeriu mudança e responderam que estavam de acordo com o roteiro proposto. O início da entrevista ocorreu de forma que houvesse uma breve apresentação dos colaboradores e, em seguida, as questões discorriam sobre eles e a fase da educação básica. Neste sentido, busquei identificar as vivências que pudessem trazer reflexão para este trabalho.

Utilizei a análise de conteúdo como técnica de tratamento de dados em pesquisa (CÂMARA, 2013), ou seja, conjunto de técnicas para obter indicadores, características ou modelos presentes nas considerações dos sujeitos entrevistados. Desta forma, busquei identificar o que as narrativas tinham ou não em comum para que fosse explorado. No primeiro momento, junto à minha orientadora, houve a pré-análise para traçar denominadores em comum entre os entrevistados e detectar o que era importante para a minha pesquisa. Em seguida, explorei o material para investigação e, por último, me debrucei sobre leituras, principalmente de autores e autoras que estudam gênero e educação para a realizar a análise. Mas, quem eram os sujeitos entrevistados e como cheguei até eles? A seguir explico.

2.2 Sujeitos

Os sujeitos colaboradores para este trabalho foram dois homens trans: Theo e Jake, atualmente acadêmicos da Universidade Federal do Paraná e da Faculdades da Indústria, respectivamente. Para encontrar os sujeitos deste trabalho utilizei a *Spotted Reitoria* - página do *Facebook* gerenciada por alunos da UFPR e que serve, majoritariamente, como ferramenta de interação entre os discentes. Contudo, alunos(as) de outras instituições também acessam. O objetivo de utilizar a página era de centrar a pesquisa em alunos(as) da Universidade Federal. Desta forma, solicitei em agosto de 2019 que os usuários da página que conhecessem pessoas trans dispostas (ou as próprias pessoas) a participar de uma entrevista entrassem em contato comigo via *Facebook*. De início, cinco pessoas responderam ao *post* – três delas se prontificaram a participar do trabalho e duas indicaram conhecidos sendo que uma estava fora do escopo e a outra não consegui contato. Dos três que se dispuseram devido aos horários para os encontros pessoais, apenas duas aceitaram: Theo e Jake.

Os dois sujeitos têm dezoito anos, são brancos, ambos estudaram em escolas particulares e relatam momentos marcantes em suas trajetórias, pois tiveram que lidar com os dilemas da sua existência desde muito cedo. Além disso, os dois carregam consigo uma história que contribui para a reflexão das trajetórias escolares de sujeitos trans.

Theo Neves, estudante de Produção Cênica na UFPR, se reconhece como homens trans e relata que antes da descoberta achava que era só uma pessoa tímida. Durante a entrevista, o jovem aparentou estar confortável e tranquilo para responder as perguntas.

No começo eu achava que não tinha nada, que era só uma pessoa na minha. Da quinta a oitava série eu tinha mudado de colégio, fui pra um colégio particular e eu ia em uma psicóloga porque não conseguia fazer amigos, essas coisas... eu era só uma pessoa que ficava no computador o dia inteiro, não parecia que eu tinha nada... de problema. Daí eu comecei a entrar numa ladeira abaixo de "hm eu acho que tem alguma coisa que pode melhorar, eu acho que eu não estou sendo eu de verdade" e aquela questão, que hoje em dia sou muito contra, mas "e se eu tivesse nascido menino cis?" (THEO NEVES 10/09/19)

Theo não era o único. É comum encontrar nos relatos de pessoas trans fases de timidez e isolamento. Muitas atribuem a si mesmas estas características, pois nem sempre reconhecem o ambiente transfóbico como causadores deste isolamento e desta timidez - que é gerada pelos ambientes opressores que não são confortáveis para pessoas que fogem a normatividade hegemônica.

Atualmente Theo mora em Curitiba e trabalha com marketing. Veio de uma família grande com sete irmãos mais velhos. Ao ser questionado sobre a reação de sua família em meio a sua descoberta como homem trans, ele relata que houve estranheza:

É que eu tenho seis irmãos por parte de pai, e um que é por parte de pai e mãe. Esses seis irmãos são mais velhos, meu pai tinha outra mulher antes... eles não aceitaram tão bem porque eles já eram mais velhos, na faixa de quarenta anos né... acharam meio estranho. (THEO NEVES 10/09/19)

O estranhamento que Theo viveu em sua família é parte intrínseca da história de pessoas trans, que muito cedo lidam com esta realidade familiar e nem sempre está relacionado com a idade das pessoas, mas sim no modo como a

sociedade brasileira tem se relacionado com pessoas trans. O país que se alvora ser tolerante e amigável, tem demonstrado que boa parte da população só apresenta essas características entre os seus.

Ser respeitoso com pessoas LGBT não tem sido a prática social mais difundida no Brasil, pois é o país que mata. Em média, uma morte de LGBT a cada 23 horas de acordo com notícias amplamente divulgadas por diferentes jornais *onlines* em 2019. Nesse sentido, o “achar estranho” apontado por Theo tem relação direta com a não presença de pessoas trans nos espaços cotidianos das nossas vidas. O mercado de trabalho não emprega, a mídia não as apresenta nos filmes, novelas, jornais, comerciais. Se aliado ao fato de ser LGBT estiver o pertencimento de raça, este silenciamento sobre a existência destas pessoas é mais eloquente ainda.

A escola, poderia vir com outra atitude. Entretanto, na maioria das vezes corrobora e silencia, esconde a existência destas pessoas e só as permite no espaço caso elas não exponham seus corpos “desviantes” da norma. É como se não existissem e isso faz com que este “estranhamento” persista, pois fica para as próprias pessoas garantirem sua existência, sem que a sociedade como grupo não perceba que esta é uma tarefa de todos e todas, por que ser e existir é direito de todo ser humano.

O segundo entrevistado - Jake William – pareceu ser um pouco mais sério. Nascido em Curitiba, atualmente mora em São José dos Pinhais, onde também estuda, também tem dezoito anos e se autodeclara branco. A entrevista com Jake seguiu com um teor mais acadêmico, ou seja, ele fez questão de apresentar uma fala mais conceitual - acredito que pelo fato do jovem ser secretário de diversidade da juventude socialista e ativo na militância, como ele mesmo explica:

Hoje sendo universitário, por se tratar de um tema tão importante e essencial sempre quando possível eu exponho a realidade que as pessoas trans se encontram hoje, sou ativo na militância. (JAKE WILLIAM 18/09/19)

Ao contrário de Theo, Jake relata que ao se descobrir como homem trans teve apoio de sua família:

A minha família... que sempre me apoiou desde sempre e a minha psicóloga. Tive duas psicólogas, então hoje já faz mais de 3 anos que estou em terapia e vejo que ela é essencial para toda e qualquer pessoa, mas principalmente para pessoas trans que estão no começo da transição. (JAKE WILLIAM 18/09/19)

Os dois entrevistados são jovens e tiveram experiências familiares distintas: enquanto Theo enfrenta o “estranhamento” familiar Jake recebe apoio incondicional da família. De acordo com Eli Bruno do Prado Rocha Rosa (2019) a normatividade presente nas práticas sociais acaba criando um controle sexual que incomoda a ponto de formar sujeitos preconceituosos, que negam atos que possam ser perigosos às normas sexuais. Sendo assim, diante deste fato, é comum que as famílias rejeitem seus(as) filhos(as) que fogem aos padrões impostos socialmente, uma vez que os sujeitos do núcleo familiar também são formados a partir de uma perspectiva heteronormativa.

A normatividade incrustada nas práticas sociais - e institucionais - ocidentais vem incidindo, constante e continuamente desde o século XVIII, sobre o sexo. Ainda que muitas vezes as normas de diferentes instâncias sejam ambíguas, contraditórias e mesmo mutuamente excludentes, o sexo se apresenta como o ponto de intersecção entre a moral social, a fé religiosa, a lei. Segundo Foucault (2010, p. 36-37), por volta do século XVIII ou XIX, mecanismos de produção de verdade passaram a adotar enunciados e formulações que tratavam de questões que viriam a se tornar discursos de conformação do sexo - a medicina, através das “doenças dos nervos”; a psiquiatria, buscando e categorizando exclusivamente o conjunto das perversões sexuais; a legislação, na busca em punir crimes “antinaturais” - que acabaram por criar um controle sexual minucioso de cada ato que pudesse ser perigoso à família nuclear e às práticas sexuais consideradas normais. (ROSA, 2019 p. 2)

Embora a última situação ainda seja a menos comum, ela é um alento na luta contra a transfobia que vem sendo gestada há anos pelos próprios sujeitos/as. Acreditamos que o tipo de militância realizada pela professora Megg é algo que colabora em muito para que famílias que vivenciem esta realidade possam reconsiderar as formas de acolher seus filhos ou filhas. Megg, sempre se coloca como uma travesti propiciando as pessoas compreenderem que o ser/existir trans é uma forma tão legítima quanto qualquer outra, servindo assim tanto de exemplo para pessoas trans - que as vezes para existirem buscam o anonimato desta identidade - quanto para as famílias que ao terem alguém trans aprendem que não precisam se esconder.

Desta forma, é possível compreender por que cada família age de forma distinta – de acordo com suas próprias construções, mas é necessário convocar a todas as famílias a pensarem suas atitudes.

Embora a experiência dos dois tenha sido distinta na família, na escola não posso dizer o mesmo, ambos viveram questões semelhantes e não foram experiências positivas. Pontuarei esses aspectos nos próximos itens.

2.3 Solidão, timidez e medo

Em ambos os sujeitos, a transexualidade não apareceu como uma questão durante a infância: se viam como crianças tímidas, diferentes e muitas vezes, sozinhas. A infância trans precisa ser mais tematizada, pois pela ausência da discussão e de referências, essas crianças não tem modos positivos de representação, vivem de modo solitário os sentimentos e por vezes carregam consigo a dureza de existir de modo “estranho”, sem entenderem o que se passa com seu corpo, com seus sentimentos e acaba por perceber a sua existência como algo condenável, proibido.

Ambos relatam que queriam vestir roupas mais largas e participar de brincadeiras ditas “masculinas”. Ao perguntar para Theo se houve algum *insight* sobre sua identidade, o jovem responde:

Não... tipo assim, eu era claramente uma criança diferente, uma criança mais tímida e mais na minha e que estava sempre sozinha. (THEO NEVES 10/09/19)

Jesus (2012) pontua que a busca pela própria identidade traz desafios

Pessoas que se identificam com alguma das expressões da transgeneralidade enfrentam um primeiro desafio: reconhecer a si mesmas e fazer decisões pessoais sobre se e quando irão se apresentar aos outros da forma como se identificam. Cada um(a) tem o seu tempo. (GOMES, 2012, p. 10)

Desta forma, o processo de encontro com a própria identidade não é igual para todos(as), tampouco para pessoas LGBT. A questão da vestimenta, por exemplo, é algo bem presente no relato de pessoas trans. É fato que signos que

podem ser opressores para pessoas cis, podem ser emancipatórios para pessoas trans.

Queria, por exemplo, vestir roupas mais largas, mas meus pais não deixavam... mas isso também não é uma base, né? Porque qualquer criança pode querer usar roupa larga e não significa, necessariamente, que é trans. (THEO NEVES 10/09/19)

Oliveira (2017) também pontua a questão da vestimenta. Neste caso, com uma toalha na cabeça, simbolizando uma peruca.

Cabelos longos, ainda que na forma de uma toalha de banho, bastavam para acessar uma conduta que eu considerava feminina e questionar, de maneira meramente intuitiva, que um genital masculino não assegurava a existência plena de um macho. (OLIVEIRA, 2017 p. 112)

A narrativa de Jake traz a questão da vestimenta, porém, como espaço de liberdade de vestir o que preferisse, brincar com o que gosta e se expressar de acordo com sua vontade, uma vez que a família permitia isso. Para Almeida (2012) "os homens trans são diferentes entre si em função dos próprios marcadores sociais de diferenças, como a classe social, a raça/cor, a orientação sexual, a geração, a origem geográfica, entre outras." Diferente de Theo, Jake conta que:

Enquanto criança eu sempre me questioneei do porquê das coisas, porquê haviam bens materiais e comportamentos divididos por gênero, que seriam as famosas caixinhas de gênero, que de forma "chula" estabelecem estereótipos e ditam regras que a própria sociedade impõe, como o famoso "azul é pra menino e rosa é pra menina" por exemplo. Então por conta disto, quando criança eu tive o comportamento muito distinto das outras crianças... brincava com brinquedos "masculinos", além das roupas que eu usava e o meu comportamento, dando sempre indícios sobre com qual gênero eu realmente me sentia à vontade e me identificava. (JAKE WILLIAM 18/09/19)

Além da vestimenta, a solidão é algo recorrente na fala de pessoas trans. O isolamento, muitas vezes dentro de casa, acontece pelo não pertencimento às normas cis heteronormativas, ao medo e a vergonha. Theo conta que passava muito tempo em frente ao computador:

Eu ia em uma psicóloga porque não conseguia fazer amigos, essas coisas... eu era só uma pessoa que ficava no computador o dia inteiro, não parecia que eu tinha nada... de problema. (THEO NEVES 10/09/19)

Valéria Busin (2008) destaca que o isolamento dentro da própria família faz parte da construção de identidade de pessoas LGBT, segundo a autora

Diferentemente de outros tipos de estigmas, a família dificilmente se constitui numa fonte de proteção e apoio em relação à hostilidade que homossexuais enfrentam em outros ambientes. Por exemplo, um/uma adolescente negro/a ou judeu/judia, se for ofendido/a na escola ou em outro lugar qualquer por causa de seu estigma, muito provavelmente vai encontrar dentro de sua própria casa algum consolo, apoio e estímulo para reagir e superar o problema. Para homossexuais, além da dor do insulto, normalmente há a sobreposição do medo de que a família descubra e os/as rejeite. Assim, dentro de casa, com as pessoas mais próximas, a convivência é intensamente permeada pelo medo de que o segredo seja revelado. (BUSIN, 2008 p. 59)

Liliana Sampaio e Maria Thereza Coelho (2012) também pontuam a questão do isolamento e dos conflitos, nas palavras das autoras:

As pessoas transexuais contam que ser diferente, principalmente na fase da adolescência, contribui para uma atitude de isolamento, o que muitas vezes leva ao aparecimento de quadros de depressão. Essas situações de conflito e isolamento ocorrem desde os contextos familiares, estendendo-se aos mais diversos contextos da vida, incluindo a escola e o trabalho. Para a maior parte desse grupo de pessoas, a escola é sentida como um ambiente hostil, promotor de violência, revelando uma realidade moldada pelo despreparo e desconhecimento da sociedade e dos educadores sobre a transexualidade. Nessa fase, as situações antes vividas no seio familiar tornam-se públicas. (SAMPAIO E COELHO, 2012. p. 6)

É possível notar que os sujeitos entrevistados tiveram que lidar com a própria existência desde muito cedo – suas percepções, suas vontades e desejos, que roupa vestir, com o que brincar, com amizades - tanto em casa quanto na escola. Nada disso seria um problema, se eles tivessem referências positivas de crianças trans, no entanto, não é o que ocorre: mesmo vivendo suas infâncias pós os anos 2000 eles não tiveram a possibilidade de ler histórias infantis com crianças trans, contos, se verem em propagandas, filmes, programas etc. O silenciamento sobre estas infâncias é o que impera. Esta categoria: silenciamento, foi construída pelo professor Luiz Alberto Gonçalves em 1985 para discutir o modos operandi da escola brasileira em relação ao racismo nela praticado, contudo, podemos utilizá-la para pensar as infâncias trans no Brasil. Há um silenciamento sobre estas existências que precisa ser urgentemente quebrado e não se pode deixar esta tarefa apenas nas mãos desta minoria. Quem que se filiar a uma perspectiva

emancipatória de vida, não pode se calar diante da opressão que as crianças trans vivenciam.

Nesse sentido, qual é o papel social da escola? As diferenças, como parte da natureza humana, têm causado tensões nas instituições. Fica evidente que a escola, que deveria ser um espaço de conhecimento e acolhimento incondicional, não o faz, como veremos nos relatos. Pelo contrário, reforça normas que provocam a morte do indivíduo. O filósofo e cientista Achille Mbembe (2011) nomeia de necropolítica o silenciamento de corpos que não estão em conformidade com as políticas de coalisão social. Este silenciamento é provocado por ações ou omissões do Estado, fazendo com que mulheres e homens trans sejam assolados do convívio social. É lamentável que a escola seja cúmplice do Estado.

Segundo Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) “a escola funciona como um grande armário e procura manter dentro dele os corpos que tentam escapar, especialmente pretos e os gays afeminados, viados e bichas.” Ao perguntar para Jake como foi frequentar a escola durante sua descoberta como homem trans, ele relata:

Eu já enfrentava a escola e devo dizer que sofri muito preconceito no meio educacional. O que não me impressiona, né? Já que a sociedade, de forma geral, é muito preconceituosa e excludente com as pessoas trans e marginalizadas como um todo, infelizmente. Tanto é que ao longo dos meus anos enquanto estudante de ensino fundamental e médio eu cheguei a frequentar de 10 escolas e isso se deu por muitos motivos. (JAKE WILLIAM 18/10/19)

Por que, em pleno século XXI, o ambiente escolar permanece normatizador? A identidade de gênero de Jake afetou tanto seu dia a dia ao ponto de ele precisar mudar de escola por dez vezes – este número é extremamente alto. Dez vezes para poder existir em uma escola. Dez vezes para ter seu direito à educação garantido. Dez vezes é um número absurdo que não aparece nas estatísticas quando se trata de pensar a vida das pessoas trans.

E o que isso significa? A escolarização do indivíduo não se dá de forma acolhedora, tampouco há aconchego. Se há em nós pedagogos(as) - comprometidos e engajados com a Educação - o anseio por construir uma sociedade justa, por que não enfrentamos as questões de gênero que permeiam as relações dentro da escola? Segundo Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2015, p. 639) “as escolas não suportam trabalhar com transexuais, pois empreendem toda

uma maquinaria com vistas a estabelecer e reiterar a norma heterossexual.” Sendo assim, quando há no ambiente escolar um sujeito que não corresponde à norma, há também um desconforto por parte do corpo docente. Conforma cita Fernando Altair Pocahy e Priscila Gomes Dornelles (2019)

A escola constitui-se enquanto uma arena onde se (re)produzem hierarquias, desigualdades, injustiças e sofrimento de forma contundente quando, especificamente, atrelados às dimensões gênero-sexuais da constituição do sujeito escolar. (POCAHY E DORNELLES, 2019 p. 130)

Posto isto, percebe-se a urgência de uma formação de docentes que pense esse campo – relações de gênero – para que casos como o de Theo e Jake não se repitam.

Theo conta da dificuldade que teve para ser respeitado e de como a escola estava despreparada para acolher sua existência, tendo uma professora que se recusou terminantemente a chamá-lo pelo nome social:

Era um colégio particular católico de freiras, então todo mundo lá era meio que obrigado a ser meio mente fechada. Mas os professores em geral eram muito, muito tranquilos. E eu tinha muita vergonha de conversar com eles sobre me chamar pelo nome social porque eu não queria atrapalhar ninguém, sabe? Só não queria que parecesse que eu estava “estorvando” eles. Então meio que deixei eles saberem por fofocas. Mas daí eventualmente eles vieram falar comigo pra saber se eu queria que me chamassem de Theo, daí eu aceitei e percebi “caramba! Isso é muito gostoso!”. Só teve uma professora que se negou até o final, mas fazer o que? (THEO NEVES 10/09/19)

A posição da professora evidencia seu preconceito e descompromisso com a escola, deixando de garantir um direito a Theo e ele, por sua vez, se mostra resiliente, pois precisa sobreviver em um ambiente hostil com uma professora que hoje poderia ser enquadrada como criminosa - já que é explicitamente um comportamento transfóbico. O desejo básico de Theo é ser chamado pelo nome que representa sua identidade e ela não o respeita, a escola não a obriga a respeitá-lo. Theo atribui o posicionamento da professora com o fato de estar em um ambiente escolar Católico. De acordo com Oliveira (2017, p. 130), para a Igreja Católica, “a homossexualidade era descrita como expressão do mal, demonizada, uma prática pecaminosa e antinatural, portanto, reprovável.” O direito ao uso do nome social na escola foi uma conquista importante adquirida para a comunidade trans. A escola, sendo religiosa ou não, tem o dever de respeitar a decisão judicial para que assim

haja a inclusão dessas pessoas de forma a evitar a evasão escolar. De acordo com a orientação conjunta – 02/2017 da Secretaria do Estado da Educação do Paraná

O nome civil, constituído por prenome e sobrenome é um dos principais direitos de personalidade ou direitos personalíssimos, e estes, segundo o Código Civil, são intransmissíveis e irrenunciáveis. O nome social é o nome pelo qual travestis e transexuais, femininos ou masculinos se reconhecem e preferem ser chamados. (SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2017)

Tendo em vista que somente uma professora se opôs a chamar Theo pelo seu nome social, conclui-se que mais do que fazer parte de uma instituição religiosa, há um posicionamento criminoso, político, conservador e fundamentalista por parte desta docente em questão. Neste caso, o discurso religioso não pode, de forma alguma, se sobrepor à lei que ampara esses(as) jovens. Lamentavelmente, Theo não teve uma experiência positiva para relatar sobre sua escolarização durante a educação básica até o ensino médio.

Ao contrário de Theo, Jake – embora tenha passado por dez escolas - pôde relatar uma boa experiência

A única instituição de ensino que não teve qualquer censura ou problemas ao falar de diversidade de modo geral foi o Sesi, do sistema FIEP, que inclusive debatia temas acerca disso e da comunidade LGBT em sala de aula, era bastante inclusiva. (JAKE WILLIAM 18/09/19)

De dez escolas, nove não fizeram algo que ele pudesse relatar como positivo. É possível perceber, novamente, a partir do relato de Jake, a importância de haver debates acerca de relações de gênero no ambiente escolar, para que assim se estabeleça, efetivamente, uma educação inclusiva, respeitosa e libertadora. Segundo bell hooks (2017)

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo. (HOOKS, 2017 p. 25)

A forma como hooks (2017) pensa a pedagogia engajada é uma possibilidade para docentes em formação que, assim como eu, desejam ter “coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem do aprendizado como uma rotina de linha de produção”. É a formação docente, o curso de Pedagogia e as licenciaturas, que deve nos capacitar e nos dar ferramentas para lidar com essas questões em sala de aula. Outra categoria importante identificada nas entrevistas foi a seguinte:

2.4 “Pessoas trans existem!”

Em ambos os relatos, é possível analisar o fenômeno do encontro com a própria identidade. Esse encontro se dá quando, em meio a conflitos internos, os sujeitos descobrem o termo “trans” e aí se veem pertencentes a um grupo. Theo conta que

Não dá pra dizer que eu sempre soube que era trans. Só parecia que tinha algo pra adaptar, que eu podia ser melhor, podia ser mais eu, mas eu não sabia o que era, como eu ia fazer aquilo... e daí quando eu fui crescendo foram vindo mais termos e mais termos e daí eu acabei descobrindo o termo “trans”. (THEO NEVES 10/09/19)

Jake conta que depois de descobrir o termo não se sentia mais deslocado:

Eu assisti um documentário falando sobre crianças transgênero e foi naquele momento que eu realmente me encontrei enquanto pessoa, eu finalmente me vi em um norte... já não me sentia mal, nem triste, nem deslocado porque tinha percebido que existiam pessoas ao meu redor que se sentiam exatamente como eu me sentia, então já não me sentia mais perdido. (JAKE WILLIAM 18/10/19)

Percebe-se a importância de fazer com que os sujeitos se reconheçam pertencentes a um grupo, que encontrem sua própria identidade. É lamentável notar que tanto Theo quanto Jake descobriram o termo trans na *internet*. Sendo assim, a escola como instituição não teve influência nesse processo, tampouco ajudou. A escola, como espaço de conhecimento e que se diz estar conectada com o presente, se omitiu.

Eu descobri em uma matéria do *Buzzfeed*, por sinal. Era sobre pessoas trans que fizeram um desenho sobre como eles se identificavam, como eles expressariam sentimentos deles, que é difícil colocar isso em palavras, né? E daí eles fizeram desenhos e eu percebi "caramba!", é isso! É isso mesmo! (THEO NEVES 10/09/19)

Guilherme Almeida (2012) aponta que o processo de encontro com a própria identidade em homens trans, de forma recorrente, acontece via mídias sociais. Segundo o autor

O processo de auto identificação dos homens tem ocorrido por contatos pela internet em comunidades virtuais de pares (blogs, sites, Orkut, Facebook), ambientes hospitalares ligados ao processo transexualizador, [...] do contato com matérias jornalísticas e programas de TV. (ALMEIDA, 2012 p. 519)

Os colaboradores contam que após a descoberta do termo, suas vidas melhoraram, tendo em vista que passaram a identificar o que estavam sentindo e que até então, era desconhecido.

Daí eu acabei descobrindo o termo trans e olha só! Pessoas trans existem! Nesse momento parece que teve uma paz minha vida. Então talvez tenha tido problemas, tive um pouco de preconceito na escola... pessoas usando termos preconceituosos, mas eu estava tão em paz comigo mesmo que eu não reparei muito bem nisso. (THEO NEVES 10/09/19)

Depois que eu descobri, por ser ansioso do jeito que sou, só queria contar pra todo mundo quem eu realmente era e a partir daí começar a realizar as mudanças possíveis, que seriam os hormônios, a terapia, as cirurgias, e a retificação de documentos. Além disso comecei a me tornar plenamente feliz. A partir do momento que você se encontra enquanto pessoa não há nada mais realizador, nada no mundo pode gerar tamanha felicidade, é como se você soubesse quem realmente é, como se sente à vontade, como se sente feliz e a qual lugar realmente pertence. (JAKE WILLIAM 18/09/10)

É emocionante perceber a felicidade que Theo e Jake relatam o encontro com suas identidades. Em contrapartida, é lamentável e criminoso que as escolas as quais frequentaram não cumpriram com seu papel emancipatório.

Ao perguntar para os colaboradores o que a escola poderia fazer para o acolhimento de pessoas trans e o que poderia ter sido diferente em suas trajetórias, as respostas trazem dicas importantes a serem refletidas:

Cada pessoa trans tem suas demandas... tem gente que quer que todo mundo saiba, tem gente que se esconde mais com a passabilidade cis, né? Então o que a criança quisesse que fosse feito. E poder usar o banheiro, que tivesse essa liberdade... usar o nome social, tudo isso. (THEO NEVES 10/09/19)

De acordo com Jesus (2012)

Para a pessoa transexual, é imprescindível viver integralmente como ela é por dentro, seja na aceitação social e profissional do nome pelo qual ela se identifica ou no uso do banheiro correspondente à sua identidade, entre outros aspectos. Isso ajuda na consolidação da sua identidade e para avaliar se ela pode fazer a cirurgia de transgenitalização (adequação do órgão genital). Algumas pessoas transexuais decidem não fazer a cirurgia. (JESUS, 2012 p. 10)

Já Jake pontua sobre a importância da educação sexual:

Eu vejo que o papel do educador hoje se torna essencial para combater o preconceito e o bullying principalmente em sala de aula, porque quando o educador se impõe em sala de aula enquanto autoridade máxima, ele tem o dever de não admitir certas condutas como, por exemplo, o preconceito e a intolerância de certos alunos. E, claro, trazer para dentro da sala assuntos que abordem a diversidade e a comunidade LGBT, além de trazer conteúdos voltados pra educação sexual e sexualidade porque esses temas permeiam a existência da humanidade, né? (JAKE WILLIAM 18/09/19)

De acordo com Ana Cláudia Bortolozzi Maia e Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2011)

A educação sexual na escola deve ser um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores; produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa; e instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero. (MAIA e RIBEIRO, 2011 p.76)

Essa intervenção pedagógica só pode ser feita por profissionais capacitados nessa área para que a educação sexual segundo Maia e Ribeiro (2011 p. 78) “vá além da informação, que ultrapasse o sentido biológico, orgânico e profilático, e que compreenda a sexualidade e a saúde sexual como uma questão inerentemente social e política” evidente que a escola é o ambiente mais propício para a educação sexual, visto que desde cedo a população deve frequentar esses espaços e, além disso, “tem por função social a transmissão do saber historicamente acumulado e de sua dimensão ético-política” (MAIA E RIBEIRO, 2011 p. 78), formando assim

cidadãos autônomos e críticos. Afinal, assuntos como igualdade de gênero e combate à transfobia devem ser tratados de maneira reflexiva, de forma a esclarecer os mecanismos de repressão sexual, bem como também ajudar os docentes a ter uma visão positiva da sexualidade e a compreender melhor seus próprios comportamentos e dos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse trabalho revelou que ao contar com a ajuda de pessoas trans e com a interlocução de teóricos(as) da área de gênero e sexualidade, o ambiente escolar – infelizmente - ainda é um lugar de silenciamento e repressão, o qual não contribuiu durante o processo de busca pela própria identidade dos entrevistados e nem respeito seus direitos plenamente adquiridos como cidadãos e cidadãs brasileiros/as a partir das lutas dos movimentos sociais LGBT.

As análises desse estudo mostram também que a formação de professores(as) é realmente fundamental para se pensar em uma escola que possa acolher alunos(as) trans. É notável que a relação aluno(a)-professor(a) em muito influencia na vida de cidadãos e cidadãs em processo de formação.

Sendo assim, posso afirmar que atingi meu objetivo traçado de identificar de que forma o ambiente escolar atuou nas trajetórias das pessoas entrevistadas. Acredito que, no caso de Theo e Jake, a instituição escolar não cumpriu com sua função social – exceto o Colégio do SESI (Serviço Social da Indústria) da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Quanto às possibilidades de trabalho em meio a esse cenário de silenciamento, há como alternativa de combate a transfobia e como ferramenta de autoconhecimento para os discentes a educação assumir sua tarefa e as universidades que ainda possuem condições de definir seus currículos pautarem tais discussões. É possível afirmar que cabe ao curso de Pedagogia e licenciaturas formar docentes preparados(as) para cumprir sua tarefa política de proporcionar uma educação digna para todos e todas, a fim de contribuir para uma educação emancipatória em prol de uma sociedade justa, incluindo de modo evidenciado as pessoas trans (dentre outras, mas foco aqui nestas).

Diante de tais afirmações acredito que essa pesquisa proporcionou uma reflexão acerca das vivências de pessoas trans, bem como trouxe à luz o problema de se ter pouco referencial teórico na área de gênero e sexualidade como material pedagógico. É preciso ouvir a voz dessas pessoas para se pensar em como construir ferramentas para que os professores (ras) possam acolher alunos(as) LGBT, cumprindo seu compromisso ético com a educação.

Dessa forma, por meio deste trabalho, chamo a atenção para a importância de estudar essa área a fim de divulgar, incluir, respeitar, acolher e aprofundar as discussões relacionadas à comunidade LGBT.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. **'Homens trans':** novos matizes na aquarela das masculinidades?. *Revista Estudos Feministas (UFSC)*, v. 20, p. 513-523, 2012

ARAÚJO, D. B. **Olhares e vozes da escola:** elementos para a formação de políticas públicas para o respeito à diversidade sexual e de gênero. 196 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25813/1/Olhares%20e%20vozes%20da%20Escola.pdf>>

BENTO, Berenice. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, v.20, n.2, mai./ago. 2012.

BENTO, Berenice. **Transexuais, corpos e próteses.** *Labrys: Estudos Feministas*, n. 4, ago./dez. 2003. Disponível em <<https://medium.com/revistalabrys/transexuais-corpos-e-pr%C3%B3teses-1ae7e07b76cc>>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.

BRASIL. Decreto n.o 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm>.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf>>.

BUSIN, V. M. **Homossexualidade, religião e gênero:** a influência do catolicismo na construção da auto-imagem de gays e lésbicas. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerai**s: Revista Interinstitucional de Psicologia, Minas Gerais, jul - dez 2013.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. **Em direção a um futuro trans?:** Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sex., Salud Soc. (Rio de Janeiro)*. [Online]. 2013, n.14, pp.319-351 Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>>.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR

ESTUDANTES do Paraná poderão usar nome social nas escolas. **Jusbrasil**, 2016. Disponível em: <https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/403598875/estudantes-do-parana-poderao-usar-nome-social-nas-escolas>. Acesso em: 02 de nov. de 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. 2. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, J. G.. **Orientações sobre Identidade de Gênero:** Conceitos e Termos. 1. ed. Goiânia: Ser-Tão - Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade / UFG, 2012. v. 1. 42p

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. **Educação Sexual:** princípios para ação. *Doxa*, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

MARTIN, Karin A. **Becoming a gendered body:** practices of preschools. *American Sociological Review*, vol. 63, nº 4, aug./1998, pp.494-511.

O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará. – 2. ed., rev. e atual. – Brasília: MPF, 2017.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente:** (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47605/R%20-%20T%20-%20MEGG%20RAYARA%20GOMES%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>>

POCAHY, F. A.; DORNELLES, P. G. **Problematizando gênero e sexualidade em interlocução com educadoras/res de uma escola confessional.** *Revista Docência e Cibercultura*, v. 3, n. 1, janeiro/abril de 2019, p. 127-15

ROSA, E. B. do P. R. Cis-hetero-normatividade como instituição total. *Revista Cadernos Pet-Filosofia*. n.18. Curitiba, 2019. No prelo.

SAMPAIO, L.L.P.; COELHO, M.T.A.D. **A transexualidade na atualidade:** discurso científico, político e histórias de vida.

SANTOS, D. B. C. dos. **A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis.** Cadernos de Pesquisa v.45 n.157 p.630-651 jul./set. 2015

SIERRA, Jamil Cabral; CÉSAR, M. R. A. **A criança queer no cinema e as subversões das normas de gênero e sexualidade na escola.** Reflexão e Ação (Online), v. 24, p. 47-60, 2016.

SWANN, J. **Girls, boys and language.** 1. ed. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 1992.

ANEXO 1 – ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

Theo Neves

10/09/2019

Você pode se apresentar: seu nome, sua idade

Meu nome é Theo Tiago Michalski Neves, eu tenho 18 anos.

O que você faz da vida?

Eu faço um curso chamado produção cênica na UFPR, tô no segundo ano já, final do tecnólogo, então é só mais um aninho pra me formar, e eu trabalho com uma empresa de marketing.

Você já participou ou participa de alguma militância, um coletivo?

Não, nada do tipo.

Ok. Então, eu queria saber mais da sua infância... como é que foi, se você teve alguma descoberta na infância, ou se foi depois...

É complicado dizer isso, porque eu não tenho uma resposta certa. É o clássico “eu sempre soube, mas não tinha muito o que saber”, sabe? Não dá pra dizer que eu sempre soube que era trans. Só parecia que tinha algo pra adaptar, que eu podia ser melhor, podia ser mais eu, mas eu não sabia o que era, como eu ia fazer aquilo... e daí quando eu fui crescendo foram vindo mais termos e mais termos e daí eu acabei descobrindo o termo “trans”.

Entendi... então na infância você não chegou a ter nenhuma “epifania”?

Não... tipo assim, eu era claramente uma criança diferente, uma criança mais tímida e mais na minha e que estava sempre sozinha. Queria, por exemplo, vestir roupas mais largas, mas meus pais não deixavam... mas isso também não é uma base, né? Porque qualquer criança pode querer usar roupa larga e não significa, necessariamente, que é trans.

E você tem irmãos?

Tenho sete!

Sete? Sério?! Nossa, que família grande!

Sério, é grande!

Então, como é que foi pra eles esse momento que você viveu?

Então, é que eu tenho seis irmãos por parte de pai, e um que é por parte de pai e mãe. Esse seis irmãos são mais velhos, meu pai tinha outra mulher antes... eles não aceitaram tão bem porque eles já eram mais velhos, na faixa de quarenta anos né... acharam meio estranho. Mas o meu irmão, de pai e mãe que é mais novo, ele é gay também, daí ele já estava mais de boa com isso então ele só estava muito feliz por mim. Com os outros foi um pouquinho mais difícil, mas eu claramente mudei de personalidade, passei a ser uma pessoa mais aberta, mais família, mais tudo, sabe? E daí eles ficaram felizes com isso, porque agora eu estava feliz, animado...

Você se encontrou, né? Sua família é religiosa?

Hm... bem pouco. Eles são mas tentam não aplicar... meu pai e minha mãe sempre vão na missa, essas coisas... mas tentam não reproduzir na gente.

Certo. Tem algum momento da sua infância, na parte escolar, que você lembre que aconteceu por ser trans? Ou alguma coisa que poderia ter sido diferente?

Eu acho que toda a minha criação... essa sociedade que diz que eu era uma menina me moldou. Eu não diria que a escola me moldou também mas eu fui moldado para ficar naquele grupinho da escola. Então eu sempre tive muito mais fácil amizade com outras meninas, né. Daí agora eu ainda tenho, sabe? É difícil tirar isso porque eu sei o que meninas falam, eu sei o que elas gostam de ouvir..

Sim, por causa da socialização.

Exato! Até hoje em dia minhas amigas são meninas, dificilmente são meninos.

Então pra você é o momento escolar não foi difícil, por exemplo, a ponto de você não querer ir pra escola.

No começo eu achava que não tinha nada, que era só uma pessoa na minha. Da quinta a oitava série eu tinha mudado de colégio, fui pra um colégio particular e eu ia em uma psicóloga porque não conseguia fazer amigos, essas coisas... eu era só uma pessoa que ficava no computador o dia inteiro, não parecia que eu tinha nada... de problema. Daí eu comecei a entrar numa ladeira abaixo de "hm eu acho que tem alguma coisa que pode melhorar, eu acho que eu não estou sendo eu de verdade" e aquela questão, que hoje em dia sou muito contra, mas "e se eu tivesse nascido menino cis?" Mas eu pensei "não, não, não, não". Não sei nem como é que eu faria isso, uma mudança dessa. Daí eu acabei descobrindo o termo trans e olha só! Pessoas trans existem! Nesse momento parece que teve uma paz minha vida. Então talvez tenha tido problemas, tive um pouco de preconceito na escola... pessoas usando termos preconceituosos, mas eu estava tão em paz comigo mesmo que eu não reparei muito bem nisso.

Faz tempo que você conheceu o termo?

Já faz três anos, quase quatro. Eu descobri em uma matéria do *Buzzfeed*, por sinal. Era sobre pessoas trans que fizeram um desenho sobre como eles se identificavam, como eles expressaríamos sentimentos deles, que é difícil colocar isso em palavras, né? E daí eles fizeram desenhos e eu percebi "caramba!", é isso! É isso mesmo!

Que interessante! E teve algum professor, alguma professora que você se lembre que foi importante pra você?

Era um colégio particular católico de freiras, então todo mundo lá era meio que obrigado a ser meio mente fechada. Mas os professores em geral eram muito, muito tranquilos. E eu tinha muita vergonha de conversar com eles sobre me chamar pelo nome social porque eu não queria atrapalhar ninguém, sabe? Só não queria que parecesse que eu estava "estorvando" eles. Então meio que deixei eles saberem por fofocas. Mas daí eventualmente eles vieram falar comigo pra saber se eu queria que me chamassem de Theo, daí eu aceitei e percebi "caramba! Isso é muito gostoso!". Só teve uma professora que se negou até o final, mas fazer o que?

Além disso teve alguma brincadeira, alguma atividade na escola que você não gostava de fazer porque você não se sentia pertencente ao grupo? Nas aulas de educação física, por exemplo?

O que eu queria fazer mas não consegui fazer direito era jogar vôlei, no time de vôlei, porque não importava o que eu fizesse eu ainda ia ser colocado no time feminino e eu não queria, né? Por que eu iria querer? Eu amava vôlei mas eu não consegui me dedicar aos treinos porque eu não queria ser escolhido pelo time feminino. E festa junina também! Por que no terceiro ano é comum das meninas irem vestidas de homens e dos meninos irem vestidos de mulheres, tem essa troca... E daí eu percebi que qualquer coisa que eu colocasse eu ia me sentir mal. Porque se eu fosse no padrão tipo "olha, eu sou um homem" mas eu me vestisse como uma mulher, naquela época, que tudo estava muito fresco, ia doer em mim, sabe? Usar vestido. E se eu fizesse o contrário e fosse vestido de homem, eu iria estar reafirmando a ideia da "mulher vestida de homem". Eu percebi que não tinha muita saída e acabei desistindo de ir na festa junina.

E se fosse hoje? Se você estivesse na escola hoje o que você gostaria que fosse diferente?

Eu queria ter descoberto antes, porque quanto antes melhor. No começo foi muito difícil, mas depois as pessoas se acostumaram e pararam de se importar, eles nem podiam fazer nada mesmo... e o que eles iam dizer? E eu queria ter tido mais coragem pra dizer o que eu achava certo e errado, sabe? Principalmente com a questão do meu nome, eu deixava as pessoas errarem os pronomes porque eu estava com medo, e hoje em dia como uma pessoa mais sofrida da vida eu percebo que eu devia ter pegado mais pesado com o pessoal.

E se você conhecesse uma criança em uma situação parecida com a sua, o que você gostaria que a escola fizesse por ela?

O que ela quisesse que fosse feito. Cada pessoa trans tem suas demandas... tem gente que quer que todo mundo saiba, tem gente que se esconde mais com a passabilidade cis, né? Então o que a criança quisesse que fosse feito. E poder usar o banheiro, que tivesse essa liberdade... usar o nome social, tudo isso.

Quando você começou a se entender melhor, teve algum amigo que foi importante pra te dar apoio, te ajudar, te aconselhar? Ou você se sentia mais sozinho?

Então, eu conheci um amigo... fiz uma amizade antes da transição, o Gabriel... a gente virou amigos muito rápido, do nada. E quando eu contei pra ele, ele foi muito tranquilo. "Se precisar estou aqui". E quando a situação estava feia lá em casa, os meus pais estavam meio... no começo foi difícil, como eu disse, depois ficou tranquilo. Hoje em dia são super abertos e super militantes. Mas no começo não. Daí eu sempre ia pra casa dele (Gabriel), se estava ruim lá em casa... "vou pra casa dele". Tanto que hoje em dia ele é meu namorado. Então ele foi a pessoa que eu me apoiei, até porque ele tem 1,85 de altura... eu tinha medo de ir no banheiro sozinho, daí eu dizia "pode ir comigo?". Foi essencial, porque eu comecei a frequentar os espaços sem medo.

ENTREVISTA 2

Jake William

18/09/2019

Boa noite. Pode começar se apresentando, então. Me diga seu nome, sua idade e identidade de gênero.

Boa noite, me chamo Jake William, tenho 18 anos. Sou um jovem homem trans hétero. Há uma grande diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Eu nasci em Curitiba.

Você se lembra quantos anos tinha quando, pela primeira vez, sentiu que sua identidade de gênero estava em desacordo com a designada socialmente? Conta um pouquinho como foi.

Enquanto criança eu sempre me questioneei do porquê das coisas, porquê haviam bens materiais e comportamentos divididos por gênero, que seriam as famosas caixinhas de gênero, que de forma "chula" estabelecem esteriótipos e ditam regras que a própria sociedade impõe, como o famoso "azul é pra menino e rosa é pra menina" por exemplo. Então por conta disto, quando criança eu tive o comportamento muito distinto das outras crianças... brincava com brinquedos "masculinos", além das roupas que eu usava e o meu comportamento, dando

sempre indícios sobre com qual gênero eu realmente me sentia a vontade e me identificava. Foi quando de 13 para 14 anos, eu assisti um documentário falando sobre crianças transgênero e foi naquele momento que eu realmente me encontrei enquanto pessoa, eu finalmente me vi em um norte... já não me sentia mal, nem triste, nem deslocado porque tinha percebido que existiam pessoas ao meu redor que se sentiam exatamente como eu me sentia, então já não me sentia mais perdido. Mas até chegar este momento eu me sentia muito mal de passar por esse processo. Emocionalmente falando, pra uma criança, na época foi muito difícil, mas como tudo na vida, isso só foi mais uma barreira que eu tive de enfrentar para me tornar o homem que sou hoje.

Durante esse processo você chegou a contar pra alguém?

Eu escrevi uma carta para os meus pais de três páginas contando a forma como me sentia e no final da carta eu assinei como Jake, não com o nome de batismo. Mas o sentimento de aflição e frustração por na época não saber sobre o que se tratava tudo o que eu estava sentindo compartilhei só com uma amiga que me ajudou a me encontrar enquanto homem trans. Depois a minha família... que sempre me apoiou desde sempre e a minha psicóloga. Tive duas psicólogas, então hoje já faz mais de 3 anos que estou em terapia e vejo que ela é essencial para toda e qualquer pessoa, mas principalmente para pessoas trans que estão no começo da transição.

Depois que você se descobriu, o que mudou em sua vida?

Depois que eu descobri, por ser ansioso do jeito que sou, só queria contar pra todo mundo quem eu realmente era e a partir daí começar a realizar as mudanças possíveis, que seriam os hormônios, a terapia, as cirurgias, e a retificação de documentos. Além disso comecei a me tornar plenamente feliz. A partir do momento que você se encontra enquanto pessoa não há nada mais realizador, nada no mundo pode gerar tamanha felicidade, é como se você soubesse quem realmente é, como se sente a vontade, como se sente feliz e a qual lugar realmente pertence.

E em seu círculo social, houve alguma mudança?

No meu círculo social não me recordo de ter sofrido mudanças absurdas no tratamento, não senti preconceito. Temos que saber distinguir o que é de fato

preconceito e comentários maldosos de curiosidade e dúvidas sem maldade. Tanto é que hoje muitas pessoas me respeitam muito mais do que no início da transição, porque eu sentia que todos me subestimavam de certa forma... achando talvez que eu não chegaria tão longe, que seria uma fase. Mas depois de verem tudo o que eu já enfrentei, acabei me tornando inspiração para alguns e não motivo de piada como já ocorreu.

Nesse período você já frequentava a escola, né? Como foi?

Na época sim, eu já enfrentava escola e devo dizer que sofri muito preconceito no meio educacional. O que não me impressiona, né? Já que a sociedade de forma geral é muito preconceituosa e excludente com as pessoas trans e marginalizadas como um todo, infelizmente. Tanto é que ao longo dos meus anos enquanto estudante de ensino fundamental e médio eu cheguei a frequentar de 10 escolas e isso se deu por muitos motivos.

Você pode me contar quais foram os motivos?

Bom, foi desde a má adaptação até o preconceito exposto e velado. Hoje sendo universitário, por se tratar de um tema tão importante e essencial sempre quando possível eu exponho a realidade que as pessoas trans se encontram hoje, sou ativo na militância.

Ah é? Você participa de algum coletivo?

Então, eu sou secretário de diversidade da juventude socialista e todos me respeitam enquanto pessoa e enquanto homem... o que se torna mais fácil porque já atingi a passabilidade cis.

O que seria "passibilidade cis"?

Ah, de forma "chula" significa que as pessoas olham pra mim e não presumem que eu sou um homem trans, mas sim um homem cis, por conta da minha aparência, voz e comportamento, acredito eu.

Aproveitando o gancho... tem alguma lembrança marcante da escola que esteja relacionada com sua identidade de gênero?

Sim, inclusive, houve um momento marcante durante a minha aula de biologia, se não me engano, na sexta-série, que um ex colega de sala soube que eu iria realizar uma cirurgia e com tom maldoso e ofensivo perguntou em voz alta se eu iria fazer uma cirurgia de redesignação sexual. Mal eu sabia na época que iria me assumir homem trans. Na época foi difícil ouvir aquilo, porque eu sabia que as crianças ao meu redor já faziam comentários perversos sobre mim, por ser “diferente”. Mesmo não me assumindo na época eu ainda assim era muito diferente dos demais. A única instituição de ensino que não teve qualquer censura ou problemas ao falar de diversidade de modo geral foi o Sesi, do sistema FIEP, que inclusive debatia temas acerca disso e da comunidade LGBT em sala de aula, era bastante inclusiva.

Então você acha que a escola é uma instituição que reforça as normas impostas pela sociedade ao invés de trazer momentos de fuga?

Pra mim foi, porque eu como homem trans se tivesse quando criança acesso à educação sexual não teria sofrido tanto quanto eu sofri por conta da falta de informação. E saber que hoje algumas escolas estão dispostas a falar sobre é de certa forma reconfortante pra mim, porque crianças LGBT se sentem mais incluídas, respeitadas e acolhidas, no futuro seus colegas cis heteros se tornarão adultos mais respeitosos e tolerantes. Assim se inicia o processo de combate ao preconceito e combate à ignorância que é uma das principais fontes do preconceito.

E você se lembra de algum professor ou professora que marcou essa época?

Em especial me recordo de uma professora que me conhece há anos e me acompanhou durante o processo de transição, tenho muito carinho e respeito por ela, porque quando sofri preconceito em sala de aula, ela me defendeu e hoje aplica temas e conteúdos pautados na inclusão e na diversidade, tanto é que ao precisar de um conselho para lidar com alunos trans, falar sobre o uso do nome social e coisas assim, ela costuma me procurar. O que claro, me deixa lisonjeado. Como eu falei antes, quando criança eu costumava brincar com brinquedos ditos masculinos, o que sempre reforçou a ideia equivocada de que eu somente gostaria de mulheres e não de que eu iria me identificar como homem. Outro motivo dos meus conflitos no ambiente na escola era que eu questionava os padrões, não queria e não aceitava a divisão do que era para garotas e garotos, tanto é que eu sempre fui a curva na

linha, digamos assim. Questionava professores, seus posicionamentos e a forma como se fazia a divisão de brincadeiras e atividades. Infelizmente o machismo também se sobressai além da transfobia e homofobia.

Tem razão. Você acha que uma criança consegue ultrapassar as normas de gênero na escola hoje?

Eu acredito que as crianças não precisam ter acesso a informações acerca do meio LGBT ou da diversidade em geral para que se expressem, o mais lindo em ser criança é que elas não se importam com o que é dito feminino ou masculino, nem se quer conhecem esta distinção, elas só brincam com o que gostam e se sentem a vontade, é equivocado afirmar que crianças se tornam LGBT por terem contato com a sociedade LGBT. Todas elas nascem exatamente da forma como são, sendo cis heteros, trans heteros, trans homossexuais, cis homossexuais ou enfim... qualquer outra identidade de gênero ou orientação sexual. Então, sim, elas conseguem ultrapassar os limites, principalmente quando tem pais como os meus, que me permitiram me expressar enquanto criança, que em nenhum momento me limitaram ou censuraram. Desta forma facilita a interação da criança com os outros e a permite ser mais feliz.

O que você acredita ser o papel da escola se tratando de questões de gênero e sexualidade?

É muito difícil afirmar qual o papel da escola hoje é pró ou contra a diversidade porque isso vai da conduta do profissional, conduta da instituição. Se é uma instituição pública ou privada, os requisitos do MEC, os materiais administrados pelo MEC, o material administrado pelos professores, se a instituição é ou não religiosa e enfim... Mas comparando com alguns anos atrás hoje obviamente se tornou mais viável e perceptível que as escolas estão falando mais sobre assuntos que antes eram considerados tabu. Nesse sentido posso dizer que as pessoas passaram a abrir mais as suas mentes e evoluíram muito, assim se abre um leque de possibilidades para que os alunos se sintam bem, e os ajude a construir sua própria identidade, e mais tarde ajude a descobrir sua orientação sexual também.

Então qual seria a conduta ideal desse profissional, desse professor?

Eu vejo que o papel do educador hoje se torna essencial para combater o preconceito e o bullying principalmente em sala de aula, porque quando o educador se impõe em sala de aula enquanto autoridade máxima, ele tem o dever de não admitir certas condutas como, por exemplo, o preconceito e a intolerância de certos alunos. E, claro, trazer para dentro da sala assuntos que abordem a diversidade e a comunidade LGBT, além de trazer conteúdos voltados pra educação sexual e sexualidade porque esses temas permeiam a existência da humanidade, né?